

SÃO CAETANO

‘Interesses’ de Auricchio deram norte a zoneamento, cita Bruna

A vereadora Bruna Biondi (Psol) acusou o prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSD), de agir “a favor dos próprios interesses e (...) de aliados” ao propor alteração do zoneamento da cidade durante o reces-

so parlamentar – mudança na lei libera construção de arranha-céus de até 100 metros de altura. Em outro caso, Edison Parra (Podemos) chamou a secretária de Educação, Minéa Paschoaleto Fratelli, de “imoral”. **Política 3**

José Auricchio Júnior vira alvo de ataques na Câmara de S.Caetano

Bruna afirma que prefeito governa ‘sempre a favor dos próprios interesses’. Parra chama de ‘imoral’ aprovação de secretária em concurso da USCS

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@ngabc.com.br

Após o recesso parlamentar, a Câmara de São Caetano retomou as atividades em plenário ontem. Os trabalhos foram marcados por ataques ao prefeito José Auricchio Júnior (PSD). “Sempre a favor dos próprios interesses”, disparou a oposicionista Bruna Biondi (Psol), em fala na tribuna. A secretária de Educação, Minéa Paschoaleto Fratelli, também foi alvo da oposição. “Imoral”, esbravejou Edison Parra (Podemos).

Após um mês sem sessões ordinárias – exceto nos dias 23 e 30 de julho, quando o recesso foi levantado para votar projeto do Executivo de alteração da Lei de Zoneamento –, os vereadores voltaram em ritmo de campanha eleitoral, mas o tom subiu justamente por conta da pauta votada e aprovada pela maioria no mês passado.

Bruna Biondi destacou que o assunto, antes ajuzado por não cumprir normas legais, tais como a elaboração de estudos de impacto e participação popular, retornou à Casa ainda com irregularidades, e acabou aprovado pela maioria. “Os abusos, em um mês de recesso, resumem bem a forma de Auricchio governar, sempre a favor dos próprios interesses e interesses de aliados”, destacou a oposicionista.

A fala da parlamentar demonstrou o desrespeito do prefeito com a população, ao permitir a verticalização da cidade e construção de arranha-céus, com altura de até 100 metros. No último dia 25, o Diário noticiou possíveis irregularidades na aprovação do texto – “Construtora anuncia residencial em área proibida em S.Caetano”, a reportagem agrupou elementos de que, na Rua São Paulo, apartamentos de 120m² a 200m² estão previstos para a área,



AURICCHIO. Enviou polêmico projeto à Câmara durante recesso



MINÉA. Secretária é aprovada em concurso de banca com vários processos

até então, sem autorização para receber mordidas. “É a farrá do zoneamento”, reclamou Bruna ao lembrar de problemas na Educação e Saúde de São Caetano que podem colapsar com a chegada de aproximadamente 100 mil novos moradores. O número leva em considera-

EDUCAÇÃO
A sessão também foi marcada pela fala acalorada do vereador Edison Parra. O

parlamentar repercutiu nota da coluna *Gene Política* sobre a aprovação de Minéa Paschoaleto Fratelli, secretária de Educação, na primeira colocação em concurso da USCS. A pedagoga com mestrado em Avaliação Educacional e doutorado em Políticas Educacionais está ap-

ta ocupar o cargo de professor organizador no trabalho pedagógico: supervisão e coordenação. “Eu achava que São Caetano se livraria dela (Minéa), mas infelizmente estou errado. A doutora Minéa, como gosta de ser chamada, foi aprovada em concurso de

uma banca com série de processos por irregularidade. Não posso dizer que a aprovação foi legal, mas essa situação é no mínimo imoral”, disparou Parra.

A organizadora do concurso citada pelo vereador, o Idecan (Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional), é alvo de diversas ações judiciais por supostas irregularidades na classificação e desclassificação de candidatos em concursos públicos e tema de série de reportagens publicadas pelo Diário.

A Prefeitura de São Caetano, instada a se manifestar em nome do prefeito José Auricchio Júnior e da secretária de Educação, Minéa Paschoaleto Fratelli, não se posicionou até o fechamento desta edição. A USCS e o Idecan também foram procurados, mas não responderam. O espaço segue aberto para posicionamentos das pessoas e empresas citadas nesta reportagem.

Legislativo leva a plenário projetos ‘inconstitucionais’



CÂMARA. Tempo e recursos financeiros são gastos para arquivar pautas.

Em ritmo eleitoral, o Legislativo de São Caetano retomou ontem os trabalhos em plenário após o recesso parlamentar de julho. Dos 19 vereadores da Casa, apenas quatro tiveram projetos colocados em votação. No entanto, todas as pautas receberam parecer de “inconstitucionalidade” da Comissão de Justiça e Redação.

Mesmo assim, os textos foram a plenário para apreciação dos parlamentares. Os autores Cícero Alves Moreira (PL), Marcos Fontes (Progressistas), Jander Lira (PSB) e Américo Scucuglia (PRD) pediram à mesa diretora o arquivamento dos proje-

tos. Apesar do desejo de cada parlamentar de retirar a proposta, se fez necessária a votação, em painel eletrônico, para os devidos arquivamentos. As votações foram unânimes, 18 a zero – o presidente da Câmara, Pio Mielo (PSD), não vota.

Os trabalhos no legislativo duram aproximadamente uma hora e dez minutos, com tempo para explicações pessoais, com debates que fogem à jurisdição dos vereadores, como questões nacionais ligadas, por exemplo, à criminalização da porte de drogas, além de espaço para encaminhamentos e justificativa de voto.

AUSÊNCIA

Chamou a atenção que, em plenário, estava Magali Selva Pinto (Repúblicanos). A ex-secretária de Educação e ex-vereadora assumiu a cadeira no lugar do parlamentar governista e candidato a prefeito Tite Campanella (PL). O liberal pediu, no último dia 27, licença do cargo para cuidar de “assuntos pessoais”. O afastamento com início ontem, seguirá válido até o dia 4 de outubro, dois dias antes da eleição municipal. Destaca-se que, em São Caetano, não há segundo turno.

Com a danga das cadeiras, a depender do resultado das urnas, Tite deverá deixar o cargo antes do prazo final, 31 de dezembro. **WJ**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: Capa + página 3